

# Resultados e Desempenho da Gestão

2019

## Resultados - Atividade Judiciária

No ano judiciário de 2019, extrai-se dos dados estatísticos que as **26 Varas do Trabalho da 24ª Região (1º grau de jurisdição)** receberam por distribuição 21.238 processos, tendo solucionado um total de 26.975 processos.



O **segundo grau de jurisdição** recebeu por distribuição 12.463 processos, tendo julgado 10.317, o que representa 82,78% de julgados em relação aos distribuídos.



As Varas do Trabalho liberaram aos reclamantes

**R\$ 513.991.026,05**

resultantes dos pagamentos espontâneos dos reclamados e os provenientes de acordos entre as partes e de solução de processos na fase de execução.



### Produtividade dos magistrados em 2019



Em relação à produção dos magistrados da 24ª Região, cabe destacar que a quantidade de processos julgados foi bem maior que a quantidade de processos novos. Como resultado, houve uma redução significativa do acervo de processos que aguardavam julgamento.



## Semana Nacional de Conciliação (CNJ)

Foram designadas 530 audiências, 503 foram realizadas resultando em 191 acordos



**Durante o evento foi movimentado o valor de R\$ 3.825.719,06**



Houve um acréscimo de 126,23% em relação ao ano de 2018, cujo valor foi de R\$ 1.691.056,48



## Semana Nacional de Conciliação Trabalhista (CSJT)

De um total de 1028 audiências designadas, foram realizadas 980 audiências e 402 acordos



**Durante o evento foi movimentado o valor de R\$ 9.557.306,73**



Em comparação com o ano de 2018, cujo valor foi R\$ 8.530.987,76, houve um aumento de 12,03%



## Semana Nacional de Execução Trabalhista (CSJT)

Merece destaque a participação do TRT 24 na 9ª Semana Nacional da Execução Trabalhista que apesar de ser um tribunal de pequeno porte foi o segundo do país que mais movimentou recursos durante a Semana de Execução (R\$ 198,8 milhões) tendo uma arrecadação expressiva e recorde, resultado do grande acordo firmado com as empresas do consórcio UFN-III e do trabalho realizado nas varas e nos Cejuscs.

Foram realizadas 337 audiências no 1º grau com um índice de 50% de acordos homologados, que resultaram em R\$ 12.564.548,01. No 2º grau, os acordos homologados resultaram um total de R\$ 150.981.915,36.



**Os valores resultantes dos acordos nos 1º e 2º graus somaram R\$ 163.546.463,37**

Com a publicação da Portaria TRT/GP/SJ nº 5/2019 (referendada pela Resolução Administrativa nº 58/2019) o **Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Disputas – NUPEMEC-JT**, que é considerado Órgão Jurisdicional da Justiça do Trabalho da 24ª Região atuando no planejamento de ações voltadas à pacificação social no âmbito das relações de trabalho, e os **Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas – CEJUSC-JT** de 1º e 2º Grau passaram a ter nova estrutura e suas atribuições foram redefinidas. Por consequência, no ano de 2019 (até novembro), o CEJUSC 1º Grau realizou 4.932 audiências, homologou 1.048 acordos, totalizando o montante de R\$ 19.118.148,61, atingindo um percentual de 21,25% de êxito. O aumento nos valores dos acordos homologados pelo CEJUSC 1º Grau desde sua implantação, em 13/3/2017, cujo montante foi de R\$ 8.138.545,16, foi resultante da utilização de pautas temáticas com enfoque nos grandes devedores trabalhistas, bem como na realização de audiências de processos em qualquer fase (conhecimento, liquidação e execução), além de estabelecer contato direto com os grandes devedores trabalhistas no intuito de fomentar a conciliação.



CEJUSC TRT 24



A execução também foi priorizada por meio da implantação do **Centro de Execução e de Pesquisa Patrimonial - CEPP** e funciona como órgão jurisdicional de apoio à efetividade da execução trabalhista de todas as Varas do Trabalho do TRT 24ª Região. Os procedimentos para instauração do **Plano Especial de Pagamento Trabalhista – PEPT** e do **Regime Especial de Execução Forçada – REEF** foram padronizados com a publicação da Resolução Administrativa nº 79/2019, contribuindo para que se concentrassem no CEPP as execuções trabalhistas referentes a 2.329 processos de grandes devedores, que tramitavam nas Varas do Estado, totalizando o valor de R\$ 182.500.000,00.

Em relação à execução contra a Fazenda Pública, no ano de 2019, foram quitados 113 precatórios, totalizando R\$ 6.938.604,54, o que significou um aumento de 113% em relação ao ano de 2018 no qual foram pagos 62 precatórios somando o valor de R\$ 3.254.235,59. O expressivo aumento foi resultado da atuação do **NUPEMEC/Cejusc 2º Grau** junto aos entes devedores, atuando ainda, nas homologações dos acordos realizados perante a Procuradoria-Geral do Estado, nos precatórios em que figura o Estado de Mato Grosso do Sul como devedor. No mesmo período, foram pagas 185 Requisições de Pequeno Valor - RPV da Administração Direta e Indireta da União, totalizando R\$ 1.056.249,65, um aumento de 55% se comparado ao ano de 2018, onde foram quitadas 219 requisições no valor de R\$ 680.684,00.



# Demonstração dos resultados alcançados (Metas estabelecidas no Plano Estratégico)



A seguir, estão demonstrados os resultados quantitativos e qualitativos dos principais indicadores de desempenho do Plano Estratégico Institucional no ano de 2019, cujos parâmetros e metas estão diretamente alinhados ao Plano Estratégico da Justiça do Trabalho e ao Plano Estratégico do Poder Judiciário (Metas Nacionais). Os fundamentos dos indicadores observam a relação custo x benefício x confiabilidade dos dados coletados e proporcionam uma visão sobre a situação em que se encontra a gestão dos objetivos estratégicos do tribunal.

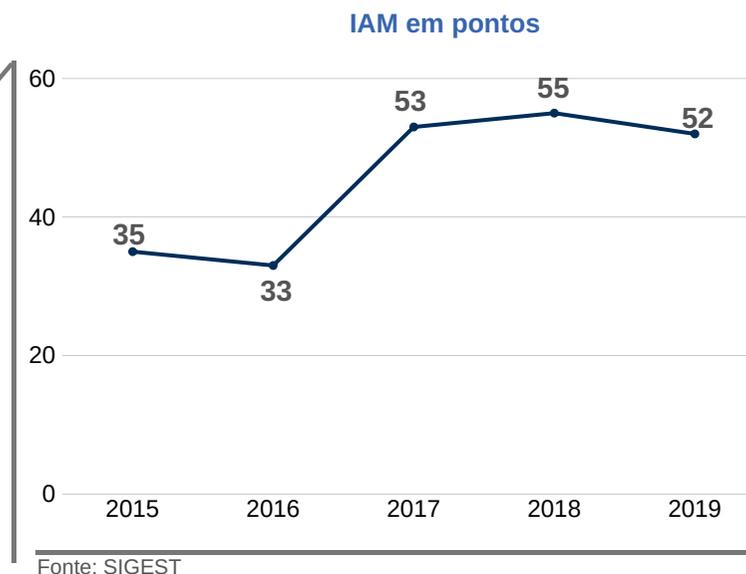
Conforme estabelecido no Plano Estratégico Institucional, existem indicadores e metas estabelecidas para cada objetivo estratégico, permitindo assim, o monitoramento dos resultados alcançados pela organização. Dessa forma, os resultados são apresentados graficamente e permitem o acompanhamento da série histórica, desde o exercício de 2015. Os faróis de indicação da situação de cumprimento das metas estão em conformidade com a metodologia adotada pelo Conselho Nacional da Justiça do Trabalho - CSJT, conforme ilustração anterior.

## Objetivo Estratégico - Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional

Direcionar as ações da instituição para a satisfação dos jurisdicionados por meio da síntese dos demais objetivos estratégicos, tendo como base os conceitos de tempestividade, razoável duração do processo, gestão do orçamento com foco à redução de custos, melhoria do atendimento, produtividade, gestão dos processos na fase execução, estímulo à conciliação, respeito às pessoas e adoção de práticas socioambientais sustentáveis.

### META 13 - Atingir e manter pontuação entre 62 e 78 até 2020

ÍNDICE DE ALCANCE DE METAS (IAM)	2019
Meta	55 pontos
Resultado	52 pontos
Desempenho	94,55%
Farol	●



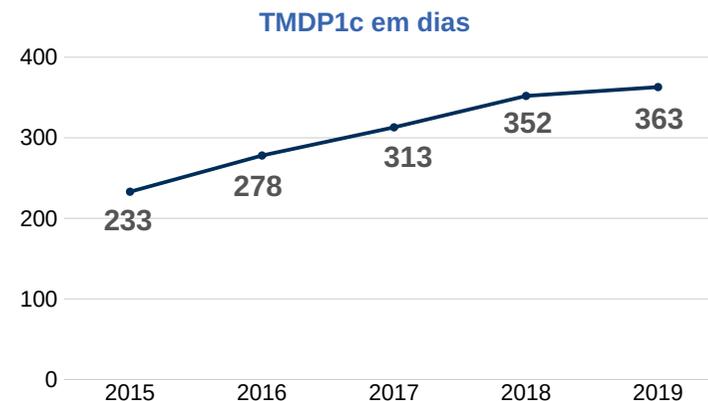
## Objetivo Estratégico: Garantir celeridade e produtividade na prestação jurisdicional

Materializar, na prática judiciária, uma prestação jurisdicional eficiente e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais, com a redução do acúmulo de processos relativos à litigância serial, com o monitoramento sistemático dos assuntos repetitivos e dos grandes litigantes, bem como tornar efetiva a produtividade dos servidores e magistrados.

### META 5 - Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2017

TEMPO MÉDIO DE DURAÇÃO DO PROCESSO 1º grau - TMDP1c - Conhecimento	2019
Meta	300 dias
Resultado	363 dias
Desempenho	*121% (↓)
Farol	<span style="color: red;">●</span>

\* quanto menor, melhor

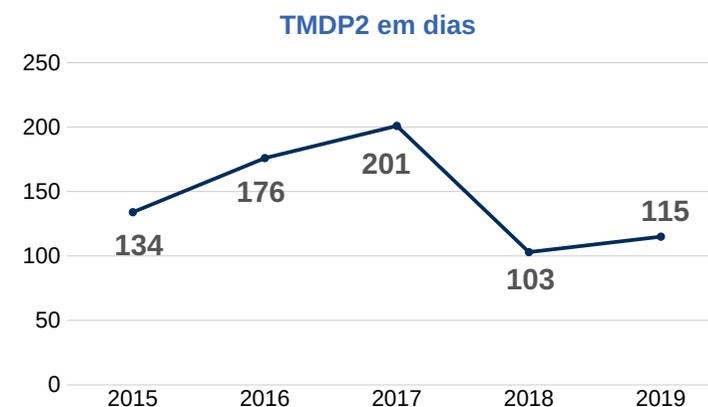


Fonte: 2019 e-Gestão, dos demais anos SIGEST

### META 4 - Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2017

TEMPO MÉDIO DE DURAÇÃO DO PROCESSO 2º grau - TMDP2	2019
Meta	89 dias
Resultado	115 dias
Desempenho	*129,21% (↓)
Farol	<span style="color: red;">●</span>

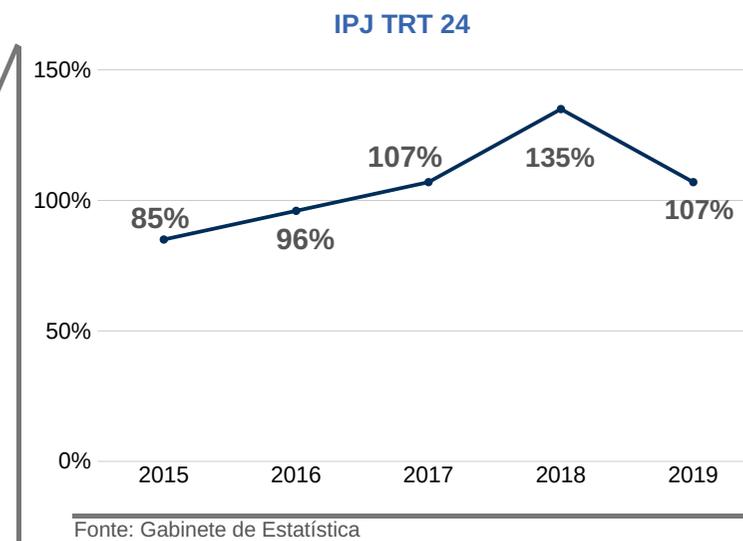
\* quanto menor, melhor



Fonte: 2019 e-Gestão, dos demais anos SIGEST

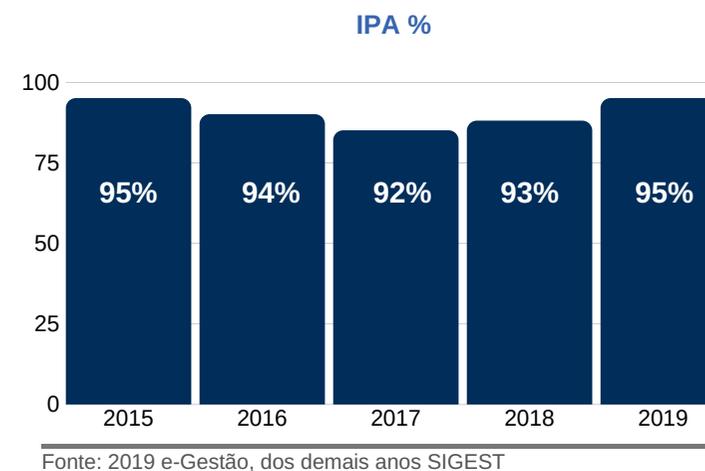
**META 6 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.**

ÍNDICE DE PROCESSOS JULGADOS (IPJ) - 1º grau		2019
Meta		100%
Resultado		120,2%
ÍNDICE DE PROCESSOS JULGADOS (IPJ) - 2º grau		2019
Meta		100%
Resultado		83,7%
ÍNDICE DE PROCESSOS JULGADOS (IPJ) do TRT 24		2019
Meta		100%
Resultado		107%
Desempenho		107%
Farol		●



**META 7 - Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, nos 1º e 2º graus.**

ÍNDICE DE PROCESSOS ANTIGOS - IPA		2019
Meta		92%
Resultado		95%
Desempenho		103,26%
Farol		●



**META 8 - Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 98% das ações coletivas disistribuídas até 31/12/2016 no 1º grau e até 31/12/2017 no 2º grau.**

ÍNDICE DE AÇÕES COLETIVAS JULGADAS 1º grau - IACJ	2019
Meta	98%
Resultado 1º grau	97,42%
Desempenho	99,41%
Farol	●
ÍNDICE DE AÇÕES COLETIVAS JULGADAS 2º grau - IACJ	2019
Meta	98%
Resultado 2º grau	100%
Desempenho	102,04%
Farol	●

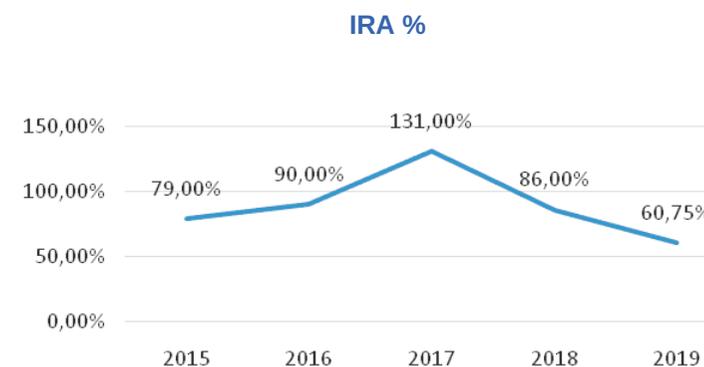


Fonte: 2019 e-Gestão, dos demais anos SIGEST

— IACJ - 2º grau  
— IACJ - 1º grau

**META 10 - Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior, até 2020.**

ÍNDICE DE REDUÇÃO DO ACERVO DOS MAIORES LITIGANTES - 1º e 2º graus - IRA	2019
Meta	100% + 2%
Resultado	60,75%
Desempenho	59,56%
Farol	●



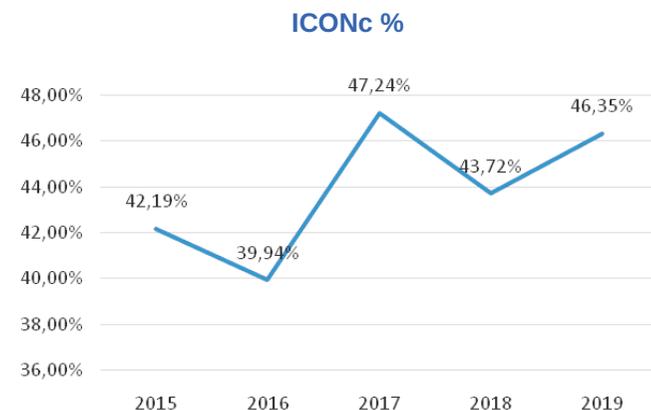
Fonte: SIGEST

## Objetivo Estratégico: Estimular a conciliação e as soluções alternativas de conflito

Motivar a prática da conciliação e de meios extrajudiciais para resolução negociada de conflitos, com a participação efetiva dos jurisdicionados, bem como a efetivação de parcerias com outras instituições.

### META 9 - Manter o percentual do biênio 2016/2017 no Índice de Conciliação da Fase de Conhecimento

ÍNDICE DE CONCILIAÇÃO - FASE DE CONHECIMENTO - ICONc	2019
Meta	46,62%
Resultado	46,35%
Desempenho	99,42%
Farol	●



Fonte: 2019 e-Gestão, dos demais anos SIGEST

## Objetivo Estratégico: Impulsionar as execuções trabalhistas e fiscais

Promover a implementação de ações visando à efetividade das ações judiciais, propiciando a recuperação de bens e valores aos cofres públicos (execuções fiscais) e a solução definitiva dos litígios trabalhistas.

### META 11 - Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.

ÍNDICE DE EXECUÇÃO - IE	2019
Meta	100%
Resultado	106,44%
Desempenho	106,44%
Farol	●



Fonte: 2019 e-Gestão, dos demais anos SIGEST

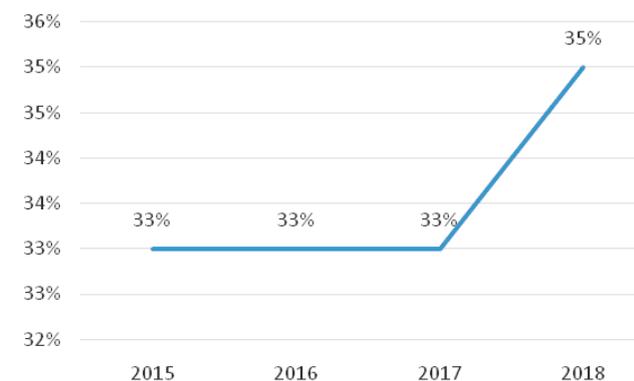
## Objetivo Estratégico: Efetivar modelo de governança institucional

Efetivar a governança organizacional por meio da formalização e implantação de um sistema de governança institucional, do aprimoramento da liderança, dos valores, comportamentos e das competências individuais e coletivas; da melhoria do relacionamento com as partes interessadas, do alinhamento estratégico das unidades organizacionais, da implantação da gestão de riscos e do aprimoramento da transparência. Como decorrência, dentre outros aspectos, o fortalecimento do combate à corrupção e à improbidade administrativa.

### META 12 - Atingir o nível de capacidade "aprimorado", até 2020, na avaliação do iGovPessoas

iGovpub (calculado pelo TCU)	2019
Meta	Intermediário
Resultado ainda não apurado pelo TCU	-

iGov - índice de governança %



Repetição da apuração realizada pelo TCU em 2014. Em 2015 e 2016 não houve apuração desse índice pelo TCU.

## Objetivo Estratégico: Desenvolver o relacionamento institucional

Atuar de forma integrada com os demais intervenientes do sistema de justiça, com foco na qualidade do atendimento e satisfação das expectativas dos usuários dos serviços disponibilizados.

ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO CLIENTE EXTERNO COM A QUALIDADE DOS SERVIÇOS OFERECIDOS E VALORIZAÇÃO DAS PESSOAS	2019
Meta	83%
Resultado	80,6%
Desempenho	97,11%
Farol	●

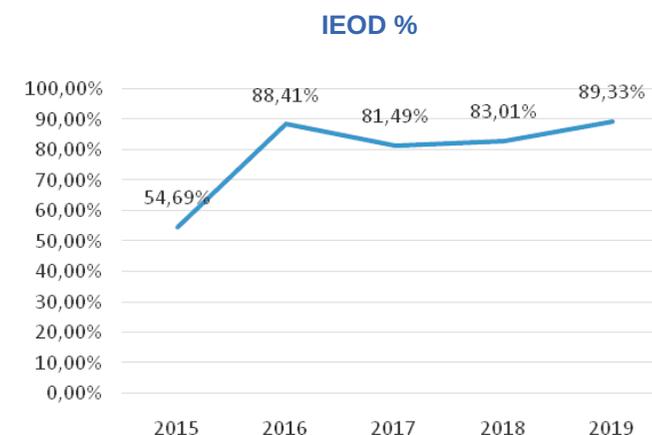
ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO CLIENTE EXTERNO COM A QUALIDADE DO ATENDIMENTO	2019
Meta	83%
Resultado	78,5%
Desempenho	94,64%
Farol	●

## Objetivo Estratégico: Aprimorar a gestão orçamentária e financeira

Atender aos princípios constitucionais da administração pública, por meio de mecanismos efetivos de levantamento das necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal, voltados ao aprimoramento da prestação jurisdicional e à redução dos custos operacionais.

### META 2 - Aumentar o índice de execução do orçamento disponibilizado em relação à média de 2011, 2012 e 2013

ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DISPONIBILIZADO - IEOD	2019
Meta	70,92%
Resultado	89,33%
Desempenho	125,96%
Farol	●



Fonte: SIGEST

## Objetivo Estratégico: Promover a melhoria da gestão de pessoas

Implantar políticas, métodos e boas práticas de gestão de pessoas, voltados ao desenvolvimento de competências internas; à valorização das pessoas; à promoção da saúde ocupacional; à humanização das relações de trabalho e à adequada distribuição da força de trabalho.

### META 1 - Atingir o nível de capacidade "aprimorado", até 2020, na avaliação do iGovPessoas

iGovPessoas (calculado pelo TCU)	2019
Meta	Intermediário
Resultado ainda não apurado pelo TCU	-

ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DE GESTÃO DE PESSOAS	2019
Meta	30%
Resultado	33,3%
Desempenho	111,1%
Farol	●

Em 2019, das 12 ações planejadas, foram executadas 04 .

iGovpessoas %



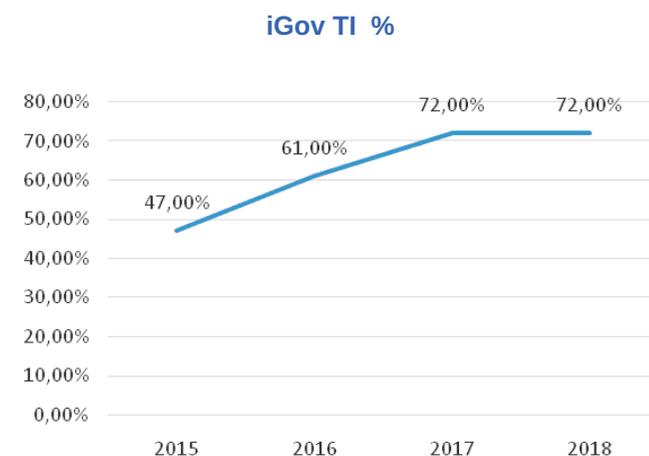
Repetição da apuração realizada pelo TCU em 2013. Em 2014 e 2015 não houve apuração desse índice pelo TCU.

## Objetivo Estratégico: Aprimorar a infraestrutura e gestão de TIC

Promover o uso racional dos recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação, com a garantia de segurança, confiabilidade, integridade e disponibilidade das informações, dos serviços e sistemas essenciais ao funcionamento do tribunal.

### META 3 - Atingir o nível de capacidade "aprimorado", até 2020, na avaliação do iGovTI

iGovTI	2019
Meta	Intermediário
Resultado ainda não apurado pelo TCU	-



Repetição da apuração realizada pelo TCU em 2014. Em 2015 não houve apuração desse índice pelo TCU.